

TRT-SC

Cargo -
ANALISTA JUDICIÁRIO -- ÁREA
JUDICIÁRIA



Editais verticalizados

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª
Região (Santa Catarina)

 O que cai
na prova



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.

Emprego da acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Flexão nominal e verbal.

Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.

Domínio dos mecanismos de coesão textual.

Emprego de tempos e modos verbais.

Vozes do verbo.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal.

Morfossintaxe.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas):

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados:

Reconhecimento de tipos e gêneros textuais: Figuras de linguagem.

Discurso direto, indireto e indireto livre.

Adequação da linguagem ao tipo de documento.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação);

expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.

Frações e operações com frações.

Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão em partes proporcionais;

regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três Simples, cálculos de porcentagem; acréscimos e descontos.

Noções de Estatísticas: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitudes variância, desvio padrão);

leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.112/1990 e alterações: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Da Vacância, Da Remoção, Da Redistribuição e Da Substituição;

Dos Direitos e Vantagens: Do Vencimento e da Remuneração, Das Vantagens, Das Férias, Das Licenças e Dos Afastamentos;

Do Regime Disciplinar: Dos Deveres, Das Proibições, Da Acumulação, Das Responsabilidades e Das Penalidades.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Resolução CNJ nº 400/2021 (Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direito constitucional: Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Princípios fundamentais.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos.

Dos partidos políticos.

Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União. Das competências da União, dos Estados e dos Municípios.

Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

Da Organização dos Poderes.

Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Do Poder Legislativo: do processo legislativo.

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior

Tribunal de Justiça; Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.

Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública. Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

Princípios administrativos implícitos.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (DecretoLei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública.

Poderes da Administração Pública. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso do poder.

Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e alterações).

Organização da Administração Direta e Indireta.

Órgãos públicos. Aspectos gerais da Administração Direta. Autarquias. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Fundações públicas.

Consórcios públicos. Agências. Entes de colaboração e entidades paraestatais.

Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação dos atos administrativos. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Cassação e caducidade.

Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999 e alterações.

Controle da administração pública. Classificações relativas ao controle da Administração Pública. Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e correlatos. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório. Anulação, revogação e recursos administrativos. Sanções e procedimento sancionatório. Crimes em licitações e contratos administrativos. Lei nº 14.133/2021.

Contrato administrativo. Conceito, principais características e espécies.

Formalização, execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação e extinção.

Revisão e rescisão. Reajustamento.

Convênios. Parcerias entre a Administração Pública e o terceiro setor.

Serviço público. Conceito. Classificação. Princípios. Formas de delegação de serviço público. Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público- Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público.

Parcerias público-privadas.

Agentes públicos: Classificação. Cargo, emprego e função pública. Provimento e investidura. Exercício e afastamentos. Direito de Greve.

Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal.

Regime de emprego público e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis.

Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos.

Processo administrativo disciplinar.

Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 e alterações).

DIREITO DO TRABALHO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal de 1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.

Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.

Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio.

Prazo do aviso prévio.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável.

Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; Jornada in itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Do salário mínimo; irredutibilidade e garantia.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias.

Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.

Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função.

Da arbitragem.

Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Da prescrição e decadência.

Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas.

Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor.

Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.

Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.

Do direito de greve; dos serviços essenciais.

Das comissões de Conciliação Prévia.

Da renúncia e transação.

Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017 e alterações).

Dano moral e material nas relações de trabalho.

Precedentes vinculantes (IRDR e IAC).

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.

Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467/2017 e alterações.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Da Justiça do Trabalho: organização e competência.

Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.

Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores.

Dos Peritos Judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, Gratuidade de Justiça.

Do Ministério Público do Trabalho: organização.

Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC).

Prescrição e decadência.

Prescrição intercorrente.

Dos atos, termos e prazos processuais.

Da distribuição.

Do valor da causa no Processo do Trabalho; Das custas e emolumentos.

Custas e emolumentos para a Fazenda Pública.

Hipóteses de isenção.

Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais.

Da representação da massa falida e das empresas em Recuperação judicial.

Do litisconsórcio no Processo do Trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados.

Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição.

Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.

Das provas.

Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.

Do procedimento ordinário e sumaríssimo.

Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de falta grave, ação rescisória e mandado de segurança.

Da ação civil pública.

Da sentença e da coisa julgada; da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.

Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.

Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.

Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens.

Garantias na execução.

Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990 e alterações).

Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros.

Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução.

Dos recursos no processo do trabalho.

Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico; Lei nº 13.467/2017 e alterações (Reforma Trabalhista).

Uniformização de jurisprudência à luz do CPC e sua aplicação ao processo do trabalho.

Precedentes Obrigatórios (IAC e IRDR).

Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho; Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.

DIREITO CIVIL

Da Pessoa Natural.

Personalidade e Capacidade.

Direitos da Personalidade.

Das Pessoas Jurídicas.

Domicílio Civil: Dos Bens: classificação, afetação e desafetação.

Do Negócio Jurídico: Conceito. Classificação. Elementos essenciais gerais.

Elementos acidentais (condição, termo, encargo).

Defeitos do negócio jurídico (erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores), invalidade do negócio jurídico.

Da prescrição e da decadência.

Da prova.

Do Direito das Obrigações.

Dos contratos em geral e em espécie.

Dos vícios redibitórios e da Evicção.

Da responsabilidade civil.

Do Direito de Empresa.

Do nome empresarial.

Direito das coisas.

Posse.

Teorias da posse.

Conceito, classificação, aquisição, efeitos, proteção e perda da posse.

Função social da posse.

Teorias da função social da posse.

Conceito, conteúdo e concretização da função social da posse.

Função socioambiental da posse.

Direitos reais.

Propriedade.

Conceito, classificação, aquisição, proteção e perda da propriedade.

Função social da propriedade: conceito, conteúdo e concretização da função social da propriedade.

Direitos de vizinhança.

Condomínio geral.

Condomínio edilício.

Propriedade resolúvel.

Propriedade fiduciária.

Direitos reais sobre coisa alheia.

Superfície.

Servidões.

Uso.

Usufruto.

Habitação.

A concessão de uso especial para fins de moradia.

A laje.

Direito real à aquisição.

Direito do promitente comprador.

Compromisso de venda e compra.

Adjudicação compulsória.

Direitos reais em garantia.

Penhor. Hipoteca.

Do direito de família. Esponsais.

Casamento heteroafetivo e homoafetivo: capacidade, impedimentos, causas suspensivas, habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres.

Invalidez do casamento, separação e divórcio.

Direito patrimonial.
 Regime de bens: espécies.
 Pacto antenupcial.
 Meação e sucessão do cônjuge.
 Usufruto e administração de bens de filhos incapazes.
 Bem de família.
 União estável heteroafetiva e homoafetiva.
 Aspectos constitucionais.
 Características, estado, impedimentos, direitos, deveres e efeitos patrimoniais.
 Regime de bens, meação e sucessão do companheiro.
 Uniões estáveis concomitantes.
 Concubinato.
 Sucessão.
 Disposições gerais.
 Herança.
 Vocação hereditária.
 Aceitação e renúncia.
 Exclusão da sucessão.
 Herança jacente.
 Herança vacante.
 Sucessão legítima e sucessão testamentária.
 Inventário e partilha.
 Arrolamentos.
 Alvarás judiciais.
 Partilha de bens e direitos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Da jurisdição e da ação; conceito, natureza e características; das condições da ação.
 Magistratura.
 Auxiliares da Justiça.
 Do Ministério Público.
 Defensoria Pública.

Advocacia.

Das partes e procuradores; da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e dos procuradores.

Responsabilidades.

Do litisconsórcio e da assistência.

Da intervenção de terceiros.

Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência.

Do Juiz.

Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades. Preclusão.

Da formação, suspensão e extinção do processo.

Do processo de conhecimento: da petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento.

Valor da causa.

Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção.

Da revelia.

Da tutela provisória.

Do julgamento conforme o estado do processo.

Das provas:

ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal.

Da audiência: da conciliação e da instrução e julgamento.

Da sentença e da coisa julgada.

Da liquidação e do cumprimento da sentença.

Impugnação ao cumprimento de sentença.

Da ação rescisória.

Dos recursos: disposições gerais e recursos em espécie.

Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução.

Dos embargos do devedor.

Da execução por quantia certa contra devedor solvente.

Da suspensão e extinção do processo de execução.

Dos procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento; embargos de terceiro; ação monitória; ações possessórias.

Mandado de segurança.

Ação civil pública.

Juizados Especiais Cíveis e Criminais — Lei nº 9.099/1995 e alterações.

Lei nº 13.140/2015 e alterações (dispõe sobre a mediação).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!